

PROPOSTA PEDAGÓGICA E AUTONOMIA DA ESCOLA

Novos Paradigmas Curriculares e Alternativas de Organização Pedagógica na Educação Básica Brasileira

**Guiomar Namó de Mello - Coordenadora
Maura Chezzi Dallan - Colaboradora
Vera Grellet - Colaboradora**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ
SETEMBRO DE 2000**

“O projeto pedagógico da escola é apenas uma oportunidade para que algumas coisas aconteçam e dentre elas o seguinte: tomada de consciência dos principais problemas da escola, das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar falhas detectadas. Nada mais, porém isso é muito difícil.”

José Mario Azanha

I. INTRODUÇÃO

Todos os setores e todas as profissões do mundo inteiro passam por um período de grandes transformações. Vivenciamos globalmente um novo momento: **a mudança de paradigma.**

Um conjunto de inovações determinou o advento de um novo paradigma, ao qual o italiano Domenico de Masi¹ dá o nome de **digitalidade**. Segundo ele, *“um número crescente de pessoas aderentes a este paradigma apresenta um modo de viver completamente novo em relação àquele que por dois séculos caracterizou a sociedade industrial. Estas pessoas formam uma massa volumosa e homogênea, separada em relação a todos aqueles que não são **digitais.**”*

Um novo perfil de sociedade e de profissionais está se delineando como conseqüência desse impacto da tecnologia da informação que atinge a todos nós. Isso acontece em tal velocidade, que nos deixa perplexos e ao mesmo tempo nos obriga a rever nossos valores e a nos reposicionarmos como pessoas, como profissionais e como cidadãos do mundo. Sabemos que se não entrarmos na era do conhecimento e da digitalidade perderemos o compasso do mundo moderno. Mas como vamos educar nossos jovens para que se constituam indivíduos competentes, criativos, com personalidade própria, com ética, que saibam se posicionar frente às dificuldades, decidir o que é melhor para si e para outros e viver em coletividade? Que conteúdo e que metodologias darão conta dessa tarefa? Sabe-se mundialmente que há um descompasso entre o conteúdo ensinado e o conteúdo aprendido.

¹ Ver artigo *“Se a vida sofre mudanças, também a escola deve mudar”* na íntegra em anexo. Revista Telèma nº 12, Primavera 1998, traduzido e publicado pela Revista Digital Polo, RS.

Que a forma como ensinamos privilegia a memorização, o acúmulo da informação pela informação, sem dar a ela um sentido e uma aplicabilidade real. Que ao sair da escola o conteúdo aprendido já está ultrapassado. Que a escola não dá e não dará conta de prever um conhecimento que esteja em permanente sintonia com as constantes transformações tecnológicas.

A resposta da comissão internacional de educação da UNESCO aponta um caminho:

- Desenvolver competências para que o aluno possa continuar aprendendo ao longo da vida.
- Competências e habilidades para ser um indivíduo com personalidade própria e ao mesmo tempo coletivo, solidário, tolerante e que seja flexível frente às mudanças.

Para isso sugeriu quatro pilares da educação como princípios norteadores das políticas educacionais do mundo todo:

- **Aprender a conhecer**
- **Aprender a fazer**
- **Aprender a ser**
- **Aprender a conviver**

Esta é, pois, a grande tarefa de todos nós educadores: 1º) desenvolver em nós mesmos estas qualidades; 2º) olhar para nossa prática educacional, rever e ressignificar os conteúdos, as estratégias, a organização da sala de aula, da escola, a relevância dos temas abordados, os recursos didáticos adotados; 3º) refletir e decidir como vamos diminuir o vazio que se estabelece entre o conteúdo ensinado e as exigências da vida moderna para o desenvolvimento de nossos jovens.

A proposta pedagógica é tudo isso: a escola em busca do saber, transformando-o em matéria-prima e adequando-o às condições reais de seus alunos. Transformando o conhecimento em competências e formando o cidadão para o próximo milênio.

“Na verdade, a proposta pedagógica é a forma pela qual a autonomia da escola se exerce. E a proposta pedagógica não é uma “norma” nem um documento ou formulário a ser preenchido. Não obedece a prazos formais nem deve seguir especificações padronizadas. Sua eficácia depende de conseguir pôr em prática um processo permanente de mobilização de “corações e mentes” para alcançar objetivos compartilhados.”²

II. A AUTONOMIA DA ESCOLA: COMO TUDO COMEÇOU?

Pela gestão democrática que caracterizou a primeira etapa das reformas no início dos anos de 1980 com a descentralização³ e a desconcentração⁴. Estabelecendo o regime de colaboração de Estados e municípios, a participação dos professores, alunos e comunidade na vida da escola e uma certa autonomia pedagógica das escolas. Mas o paradigma curricular continuava fragmentado: por disciplinas e entre núcleo comum e parte diversificada.

Com a segunda etapa das reformas, no início dos anos de 1990 e com a promulgação da nova LDB, se resgatam as preocupações pedagógicas num novo contexto, dando às escolas uma autonomia mais concreta: financeira, administrativa e pedagógica.

Art. 15

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Esta fase se caracteriza pela gestão da aprendizagem. A LDB dá às escolas: liberdade e responsabilidade para elaborar a proposta pedagógica, incluindo currículo e organização escolar, e aos docentes a incumbência de: **zelar pela aprendizagem de seus alunos.**

Entendendo-se aprendizagem como a aquisição de competências básicas e essenciais necessárias ao indivíduo para a sua inserção na sociedade de forma justa e igualitária.

² PARECER CNE/CEB No 15/98

³ Descentralização é a política de transferência dos encargos e recursos educacionais de um nível de governo para outro, por exemplo: do estado aos municípios, ou do município a um local se for o caso.

⁴ Desconcentração é a política de transferência dos encargos e recursos educacionais de um nível central ao nível de prestação de serviços, por exemplo da Secretaria da Saúde aos seu Postos de Saúde, ou da Secretaria da Educação às suas escolas.

Art. 13

Os docentes incumbir-se-ão de:

- I. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- III. **Zelar pela aprendizagem**⁵ dos alunos;*
- IV. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;*
- V. Ministrare os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;*
- VI. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.*

Estas são as bases da autonomia da escola: **gestão democrática e gestão da aprendizagem.**

A LDB, em sintonia com as demandas educacionais contemporâneas e com as orientações da UNESCO para políticas educacionais para o próximo milênio, definiu um projeto educacional que busca conciliar humanismo e tecnologia, conhecimento e exercício de cidadania, formação ética e autonomia intelectual.

Princípios estéticos, éticos e políticos inspiraram a LDB no estabelecimento das diretrizes e normas gerais para a educação.

Há uma mudança de paradigma. Muda a ênfase do ensino para a aprendizagem. A LDB incorporou esse novo paradigma quando, em comparação com a legislação anterior, desloca o eixo da **liberdade de ensino** para o **direito de aprender**.

Art. 3

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II. **Liberdade de aprender**⁶, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
- III. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;*
- IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;*
- V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- VII. Valorização do profissional da educação escolar;*
- VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;*
- IX. Garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extra-escolar;*
- X. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.*

⁵ Grifo nosso

⁶ Grifo nosso

O direito de aprender se concretiza quando conseguimos desenvolver no aluno um conjunto de competências definidas pela própria LDB como aquelas necessárias à inserção no mundo da prática social e do trabalho. Essa ênfase nas competências, por sua vez, desloca o trabalho pedagógico do **ensino** para a **aprendizagem** que resulta em desenvolvimento de **competências**.

Como produto final, um cidadão que sabe fazer, agir, ser e conviver em seu entorno social.

***Competência** é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.*

Exemplos:

Saber orientar-se numa cidade desconhecida mobiliza as capacidades de ler um mapa, localizar-se, pedir informações ou conselhos; e os seguintes saberes: ter noção de escala, elementos da topografia ou referências geográficas.

Saber curar uma criança doente mobiliza as capacidades de observar sinais fisiológicos, medir temperatura, administrar um medicamento; e os seguintes saberes: identificar patologias e sintomas, primeiros socorros, terapias, os riscos, os remédios, os serviços médicos e farmacêuticos.

Saber votar de acordo com seus interesses mobiliza as capacidades de saber se informar, preencher a cédula; e os seguintes saberes: instituições políticas, processo de eleição, candidatos, partidos, programas políticos, políticas democráticas etc.

Outras competências estão ligadas a contextos culturais, profissionais e condições sociais. Os seres humanos não vivem todos as mesmas situações. Eles desenvolvem competências adaptadas ao seu mundo.

***Philippe Perrenoud** em entrevista à Revista Nova Escola, edição setembro 2000.*

O conteúdo, portanto, não é mais um fim em si mesmo, mas **um meio para desenvolver competências**.

*Quando digo **digo**, digo **digo** não digo diogo.*

*Quando o novo paradigma curricular afirma que o conteúdo não é um fim em si mesmo, está significando exatamente isso: **o conteúdo é meio**, e como todo meio é indispensável para promover a aprendizagem. Afirmar que o novo paradigma diminui a importância do conteúdo curricular revela um mal-entendido sobre o modo como a competência se constitui: sem nunca prescindir do conhecimento que a alimenta e ancora. **Por não existir competência sem conhecimento, o paradigma curricular referido às competências a constituir nos alunos, tem que estar colado no conhecimento e na cultura acumulados do país, da região, da comunidade.***

Art. 1º

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Cidadania e trabalho caminham juntos, não há ruptura.

A ênfase no Ensino Fundamental⁷ está no desenvolvimento da capacidade de aprender, na aquisição de conhecimentos e habilidades, na formação de atitudes e valores e na compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

No Ensino Médio⁸, na compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos; do significado da ciência, das letras e das artes; do processo histórico de transformação da sociedade e da cultura.

Descarta-se, assim, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, a aquisição de conhecimentos enciclopédicos que só levam à erudição e não preparam para a vida. Educar para a vida significa contextualizar⁹, relacionar a teoria com a prática, mostrando ao aluno o que aquele conteúdo tem a ver com a vida dele, porque é importante e como aplicá-lo numa situação real.

Ensina-se para constituir sentidos, produzir significados, construir competências.

[Contextualização](#)¹⁰ e [Interdisciplinaridade](#)¹¹ são as palavras-chave para a mudança de paradigma.

⁷ Art.32

⁸ Art.35 e 36.

⁹ “A necessária contextualização do conteúdo (princípio dos PCNs do Ensino Médio), assim como o tratamento dos **temas transversais** (previstos no PCNs do Ensino Fundamental) – questões sociais atuais que permeiam a prática educativa, como ética, meio ambiente saúde, pluralidade cultural, sexualidade, trabalho, consumo e outras – seguem o mesmo princípio: o compromisso da educação básica com a formação para a cidadania e buscam a mesma finalidade: possibilitar aos alunos a construção de significados e a necessária aprendizagem de participação social.” In Proposta de Diretrizes para Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior.

¹⁰ Para saber mais ver ANEXO 1 – Texto sobre Transposição didática, contextualização e interdisciplinaridade.

¹¹ Para saber mais ver ANEXO 1 – Texto sobre Transposição didática, contextualização e interdisciplinaridade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A construção de competências na escola implica recorrer a contextos que tenham significado para o aluno, envolvendo-o não só intelectual mas também afetivamente. Contextuar é uma estratégia fundamental para a construção de significados. Contextualizar o ensino significa vincular os conhecimentos aos lugares onde foram criados e onde são aplicados, isto é, a vida real. Significa também incorporar vivências concretas ao que se vai aprender e incorporar o aprendido a novas vivências. Os exercícios de aplicação de fórmulas e conceitos abstratos são um bom exemplo de um ensino não contextualizado; os alunos resolvem as questões mecanicamente sem saber em que situações tais fórmulas são necessárias nem porque foram criadas.

INTERDISCIPLINARIDADE

“A interdisciplinaridade é atualmente uma palavra-chave para a organização escolar. O que se busca com isso é, de modo geral, o estabelecimento de uma intercomunicação efetiva entre as disciplinas, por meio do enriquecimento das relações entre elas. Almeja-se, no limite, a composição de um objeto comum, por meio dos objetos particulares de cada uma das disciplinas componentes... as unidades disciplinares são, portanto, mantidas, tanto no que se refere aos métodos quanto aos objetos, sendo a horizontalidade a característica básica das relações estabelecidas.” (Nilson José Machado)

O conhecimento no mundo não é fragmentado. Para entender e explicar os fenômenos científicos e tecnológicos é preciso compreender o conhecimento como um todo, integrado e interrelacionado.

O tratamento do conhecimento no âmbito fragmentado de cada disciplina não dá conta de explicar os fenômenos. É preciso ir além, trazer convergências da contribuição das outras disciplinas para explicá-los.

III. A NOVA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Desta forma, a construção da proposta pedagógica pressupõe três grandes momentos de reflexão coletiva:

1. É preciso refletir e compreender os princípios e os conceitos do novo paradigma curricular expressos na LDB, nas Diretrizes e nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio. Sem essa compreensão, corre-se o risco de perpetuar o ensino enciclopédico e sem sentido. **QUADRO I e II**

2. Analisar e refletir sobre a própria prática pedagógica sob o novo olhar – o que se faz e com quais objetivos se faz. Torna-se muito importante ter um parâmetro de como estamos para saber o que precisamos mudar. Ninguém muda se não tem consciência do que precisa mudar.

3. Planejar nossas ações e nossas melhores intenções.

QUADRO I

Princípios	Nas Diretrizes	Na Escola
Estética da Sensibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Criatividade • Curiosidade • Afetividade • Reconhecimento da Diversidade • Valorização da Qualidade • Busca de aprimoramento 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a fazer • Atitude frente todas as formas de expressão • Acolher a diversidade dos alunos • Oportunizar a troca de significados • Crítica às formas estereotipadas e reducionistas de e • Crítica às manifestações que banalizam os afetos e b interpessoais
Política da igualdade	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento dos direitos humanos • Exercício dos direitos e deveres da cidadania • Equidade no acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao meio ambiente saudável • Combate a todas as formas de preconceito e discriminação • Respeito pelo Estado de Direito - a igualdade é um valor público por ser do interesse de todos e não exclusivamente do governo 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a conhecer e a conviver • Ensino através de conteúdos e temas como: direitos e solidariedade, relações pessoais e práticas sociais • Responsabilidade da liderança dos adultos responsáveis • Igualdade de oportunidades e de diversidade de tratamentos • Garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino • Toda decisão administrativa e pedagógica deve se considerar a aprendizagem dos alunos
Ética da identidade	<ul style="list-style-type: none"> • Busca reconciliar no coração humano o mundo da moral e o mundo da matéria, o privado e o público • Humanismo • Responsabilidade e solidariedade • Reconhecimento da identidade própria e do outro • Autonomia • Convivência e mediação de todas as linguagens 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a ser • Educação é um processo de construção de identidade • As identidades se constituem pelo desenvolvimento e reconhecimento do direito à igualdade • Escola é lugar de conviver e de educar para a construção de identidade • O fim mais importante da educação para a identidade

QUADRO II COMPREENSÃO DO NOVO PARADIGMA

	VELHOS PARADIGMAS	NOVO PARADIGMA
PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Direito de Ensinar 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Direito de Aprender ◆ A Estética da Sensibilidade, a Política da Igualdade e a Ética da Identidade estarão presentes em todos os trabalhos.
CONTEÚDO	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Um fim em si mesmo 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Um meio para desenvolver competências
CONHECIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Fragmentado ◆ Compartimentado nas disciplinas ◆ Ensino de regras, fatos, definições, acúmulo de informações desvinculadas da vida dos alunos. ◆ Caráter mais enciclopédico. ◆ Privilegia a memória e a padronização. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Integrado pelo trabalho interdisciplinar e pela contextualização. ◆ Privilegia a construção de conceitos e o entendimento. ◆ Teoria e prática aplicadas ao cotidiano do aluno. ◆ Ênfase está na produção e sistematização do sentido.
CURRÍCULO	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Fracionado, estático e linear 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Integrado, vivo e em rede, proporcionando a oportunidade de conhecer, fazer, relacionar, aplicar e transformar.
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Por disciplinas 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Por áreas do conhecimento ◆ Por eixo organizador ◆ Por tema gerador ◆ Por conjunto de competências
SALA DE AULA	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Espaço de transmissão e recepção do conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Espaço privilegiado de reflexão, de situações de aprendizagem vivas e enriquecedoras.
ATIVIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Rotineiras que favorecem a padronização da resolução ◆ Pesquisa = cópia 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Centradas em projetos de trabalho e na resolução de problemas para desenvolver competências. ◆ Pesquisa = buscar informações em várias fontes para a resolução de uma determinada situação-problema com espontaneidade e criatividade.
PROFESSOR	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Mero transmissor do conhecimento ◆ Determina o conteúdo a ser trabalhado sem levar em conta as necessidades que surgem em sala de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Facilitador da aprendizagem do aluno. ◆ Facilitador da construção de sentidos. ◆ Gerenciador da informação. ◆ Reflexivo ◆ Avalia e ressignifica sua prática pedagógica. ◆ Incentivador da estética da sensibilidade, zela pela política da igualdade e pela ética da identidade.
ALUNO	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Passivo, receptáculo do conhecimento descontextualizado. ◆ Não sabe porque e para que estuda determinados conteúdos. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Ativo e participativo na construção do seu conhecimento.
AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Classificatória e excludente ◆ Gera dados que possibilitam apenas avaliar a capacidade do aluno em reter informações. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Formativa e diagnóstica do ensino e aprendizagem. ◆ Aponta dificuldades e possibilita a intervenção pedagógica. ◆ Gera dados que possibilitam avaliar o desenvolvimento das competências.
LIVRO DIDÁTICO	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Um fim em si mesmo. ◆ Atividades previsíveis e padronizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Um entre vários recursos didáticos (jornais, revistas, vídeos, computador, CD-ROMs)

IV. A PROPOSTA PEDAGÓGICA COMO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO

Mais do que um documento formal, a proposta pedagógica é um processo permanente de articular:

- intenções, conteúdos curriculares e competências;
- meios e recursos físicos, financeiros e didáticos;
- processo de educação continuada da equipe escolar.

A - Articulação de intenções: cidadania e trabalho trocados em miúdos

O processo de reflexão para a elaboração da proposta pedagógica se constitui um espaço privilegiado de discussão e de criação de consensos. Oferece-se a todos os segmentos da escola a oportunidade de: falar, ouvir, dialogar, sonhar e planejar. Criar, nesse momento, a sua identidade como fruto da identidade coletiva expressa no desejo de todos e na forma como a escola vai traduzir para sua própria identidade os preceitos legais e normativos nacionais.

Ao final da Educação Básica, o perfil do educando não será o de um especialista. Em princípio, deverá sair com as competências necessárias para se inserir na vida cidadã e com condições de iniciar a formação profissional por meio de estudos posteriores ou educação em serviço. É importante ter clareza do “para quê” um aluno aprende conceitos de energia, de elementos químicos, de tempo histórico, de relações sociais, de meios e/ou de estilos literários: acima de tudo, para ser cidadão e, como parte do exercício da cidadania, ingressar no curso superior ou no trabalho.

Passo por passo, esse processo de articular intenções construindo consensos, precisa considerar as seguintes questões:

- o que significa preparar para a cidadania e o trabalho aqueles alunos naquela comunidade;
- quais as competências que traduzem essa preparação para a cidadania e o trabalho;
- quais os conteúdos curriculares que deverão contribuir para a constituição dessas competências.

É no currículo ensinado e aprendido que se concretizam as intencionalidades. Há um desencontro entre o que o professor formaliza no seu planejamento - ou diz que faz e ensina -, e aquilo que de fato acontece em sala de aula. Desejos e projetos transformam-se em discurso para visitantes e autoridades, mas não refletem a realidade. É preciso tomar alguns cuidados especiais para que as melhores intenções não caiam no vazio ou induzam a prejuízos irreparáveis na formação dos alunos.

É preciso estudar, discutir e construir compreensão sólida dos princípios da [Interdisciplinaridade](#) e da [Contextualização](#). Aplicá-los, criticar a aplicação, rever, ajustar, enfim ir construindo na prática o conhecimento sobre o novo paradigma curricular. Compreender o que significa ensinar conceitos, construir competências e qual é o papel do conteúdo nessa combinação, **para que as intenções se incorporem à prática.**

AS COMPETÊNCIAS

Para desenvolver competências é preciso, antes de tudo, trabalhar por problemas e por [projetos](#)¹², propor tarefas complexas e desafios que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos e, em certa medida, completá-los. Isso pressupõe uma pedagogia ativa, cooperativa, aberta para a cidade ou para o bairro, seja na zona urbana ou rural. Os professores devem parar de pensar que dar o curso é o cerne da profissão. Ensinar, hoje, deveria consistir em conceber, encaixar e regular situações de aprendizagem, seguindo princípios pedagógicos ativos construtivistas.¹³

¹² Ver ANEXO 2

¹³ Phillippe Perrenoud, entrevista à Revista Nova Escola, setembro 2000.

Dois exemplos, que valem tanto para o **Ensino Fundamental** quanto para o **Ensino Médio**, podem ajudar nessa reflexão.

No primeiro, o educador colombiano Bernardo Toro, chamou de Códigos da Modernidade um conjunto de competências imprescindíveis a qualquer cidadão para a participação produtiva no século 21, que são descritas no quadro a seguir. Para cada uma delas vale a pena fazer o exercício de identificar quais os conteúdos curriculares que estariam contribuindo na sua constituição.

1. *Domínio da leitura e da escrita*
2. *Capacidade de fazer cálculos e de resolver problemas*
3. *Capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações*
4. *Capacidade de compreender e atuar em seu entorno social*
5. *Receber criticamente os meios de comunicação*
6. *Capacidade para localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada*
7. *Capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo.*

O segundo exemplo é encontrado no **Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**. Para elaborar a prova foi eleito um conjunto de cinco competências e 21 habilidades para avaliar os educandos ao final da Educação Básica. Um exame da própria prova do ENEM utilizada em 1999 ou 2000 pode indicar quais os conteúdos curriculares que fundamentam a constituição das competências e habilidades avaliadas.

1. *Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.*
2. *Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica das manifestações artísticas.*
3. *Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.*
4. *Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.*
5. *Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.*

Para constituir competências, os professores do **Ensino Fundamental** e do **Ensino Médio** deverão ressignificar o conhecimento enquanto herança cultural, discernindo o que é essencial e relevante dessa herança cultural para concretizar as intenções estabelecidas pelo consenso, que têm relevância para o mundo moderno e que possibilitem a inserção do aluno na convivência social e no trabalho. As características, necessidades, enfim, o contexto no qual o aluno vive será sempre o ponto de partida, não necessariamente o ponto de chegada.

Se numa determinada clientela os alunos apresentam dificuldades de leitura, compreensão de textos, de expressão de seus pontos de vistas, de argumentação, o conteúdo deverá ser selecionado e mobilizado para desenvolver essas competências. Diferentemente de outra clientela que talvez tenha essas mesmas competências razoavelmente desenvolvidas, mas que apresenta dificuldades de analisar criticamente os meios de comunicação e aceita passivamente o que a mídia veicula. Neste segundo caso, o conhecimento deverá ser mobilizado para constituir nessa clientela competências que levem a receber criticamente os meios de comunicação tais como: analisar, relacionar, interpretar e julgar dados, fatos e situações.

Caberá ao professor mediar e transformar o conhecimento científico em conhecimento escolar pela [transposição didática](#)¹⁴. Olhando para o conhecimento, analisá-lo, selecioná-lo, dando a ele uma relevância e um julgamento de valor, adequando-o a uma melhor compreensão pelo aluno desse conhecimento.

TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

Transposição didática é a transformação pela qual passam os saberes da cultura (os conhecimentos, as práticas, os valores) para que possam ser ensinados e aprendidos pelos alunos. Da cultura aos programas das disciplinas ou áreas de conhecimento, temos um nível de transposição; dos programas aos conteúdos efetivamente ensinados, um outro nível acontece. A transposição didática é um fenômeno intrínseco à escolarização e ocorre sempre que os saberes da sociedade entram na escola para serem ensinados. É uma decisão sobre o que e como ensinar:

- *selecionar o que se vai ensinar*
- *definir quais recortes serão feitos, quais aspectos serão enfocados*
- *que saberes interrelacionar*
- *que contextos escolher para propiciar significado e sentido para o aluno*

A transposição didática deve ser feita considerando as possibilidades cognitivas dos alunos e também as competências que se quer que desenvolvam

¹⁴ Para saber mais ver ANEXO 1 – Texto sobre Transposição didática, contextualização e interdisciplinaridade.

Deverão também estar claramente definidos os resultados esperados, os objetivos de aprendizagem, isto é, as competências desenvolvidas e adquiridas ao final do processo, o que será capaz de fazer.

Neste processo, a [avaliação](#) passa a ter um outro sentido. Não se avalia a capacidade do aluno de reter informações, mas a capacidade de dar sentido a essas informações, de articular o conhecimento e as competências, dando respostas adequadas a diferentes problemas.

A elaboração da avaliação assume uma outra perspectiva, formativa e diagnóstica das dificuldades do ensino e aprendizagem, possibilitando a intervenção pedagógica a tempo.

Esses deverão ser os princípios norteadores da seleção dos conteúdos e das competências, para subsidiar a decisão do que ensinar, como ensinar e para que ensinar.

Finalmente, uma vez estabelecidas e detalhadas as competências que a escola, considerando sua clientela, comunidade e os aportes das Diretrizes, se propõe a desenvolver e avaliar, é a hora da equipe pensar em como deverá se concretizar a organização curricular.

B - A proposta pedagógica como articuladora dos recursos materiais, humanos e financeiros: o ambiente em que se vive é mensagem educativa.

A escola define em sua organização e funcionamento uma cultura própria, que não se declara, mas que indiretamente se manifesta e interfere ou se potencializa na cultura explicitamente observada no currículo. Devemos portanto refletir se os meios envolvidos para a execução do currículo estão em coerência com a cultura expressa no currículo.

A proposta pedagógica é uma articuladora de tempo, espaço, ritmos, recursos humanos, recursos materiais. Como cruzamos isso de forma a atender os princípios da Estética da Sensibilidade, da Política da Igualdade e da Ética da Identidade, conforme o [Quadro I](#) já apresentado?

Como é o ritmo de vida e de aprendizagem de um aluno trabalhador? Como são os ritmos de nossos alunos? Lentos, acelerados? O universo escolar encerra em si diferentes mundos, diferentes personalidades, maneiras de ser, de ver e sentir, diferentes problemas, diferentes emoções?

Nesse contexto complexo, a proposta pedagógica deverá harmonizar o tempo, os recursos, os espaços para atender a todos, prevendo os diferentes ritmos de aprendizagem de nossos alunos. Assim é a vida, no mundo estamos sempre nos adaptando ao ritmo de cada fase de nossos filhos, do trabalho, enfim, às próprias circunstâncias da vida. Isto é ser flexível, conviver na incerteza e se adaptar às mudanças. A escola deverá estar preparada para isso.

A gestão do tempo, espaço, dinheiro, material didático, assistência técnica da secretaria, do aporte da comunidade é conduzida da forma mais democrática, mais sensível, mais ética? As decisões tomadas visam a melhoria da aprendizagem de todos os alunos? O olhar pedagógico permeia as decisões administrativas, as decisões de ocupação do espaço, da organização do tempo, da distribuição dos recursos? Os recursos financeiros são alocados naquilo que é prioritário para a gestão da aprendizagem?

A proposta pedagógica deverá prever uma melhor maneira de explorar a riqueza de materiais e proporcionar outras leituras, experiências, atividades culturais para desenvolver competências. Deverá incentivar a criação e a produção de soluções, recursos e materiais para atender às necessidades de cada momento.

A proposta pedagógica exige também uma alocação democrática dos professores, priorizando-se a gestão da aprendizagem e não das carreiras ou necessidades salariais de cada um.

C - A proposta pedagógica como articuladora do processo de reflexão e formação continuada¹⁵ do professor

A proposta pedagógica em ação mobiliza simultaneamente dois processos: o da constituição de competências no aluno, ao mesmo tempo que leva o professor a rever sua prática, a constituir e a desenvolver nele próprio as competências necessárias para que possa fazer a seleção das competências, dos conteúdos e a transposição

¹⁵ Ver ANEXO 5

didática do mesmo. Se não desenvolver em si mesmo estas competências, o trabalho didático estará fatalmente comprometido. Ninguém ensina o que não conhece, o que não sabe fazer, ser e conviver.

Para que a proposta pedagógica seja um processo vivo de educação continuada dos professores, é preciso uma mudança de cultura profissional que permita um clima cooperativo, mantendo a todos motivados e envolvidos. O papel profissional e o que se espera de cada um deve estar claro para todos. Esse é o primeiro passo para construir essa cultura profissional de responsabilidade e seriedade, sem julgamento prévio, utilizando o aconselhamento entre pares como um procedimento de treinamento em serviço, não como favor nem como processos paralelos e clandestinos.

V. A TÍTULO DE FINALIZAÇÃO

Devemos lembrar que a proposta pedagógica só será eficaz se for fruto de uma reflexão coletiva, se houver **compreensão do significado das mudanças** propostas na reforma educacional e se houver a adesão coletiva da equipe escolar a essas mudanças e ao plano de trabalho da escola; se for a fiel expressão de uma vontade coletiva **de zelar pela aprendizagem** de seus alunos, e assim formar cidadãos competentes, sensíveis e éticos.

Autonomia exige responsabilidade e controle, porque não só implica satisfação de direitos, mas também cumprimento de objetivos. A escola pode ser autônoma em certos aspectos, mas deve prestar conta das decisões que toma à sua comunidade e aos órgãos aos quais está jurisdicionada.

É preciso estabelecer um sistema de avaliação interna para analisar seu desempenho e assim poder redirecionar metas e ações.